



Fuzilamento de brasileiro na Indonésia foi destaque da semana

O tema que movimentou redes sociais e rodas de conversa nesta semana foi a morte do carioca Marco Archer Cardoso Moreira, de 53 anos, fuzilado no último sábado (17/1) na Indonésia por tráfico de drogas. Ele foi primeiro brasileiro executado por crime no exterior, e mesmo depois de intervenções da presidente Dilma Rousseff (PT) e do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Ambos tentaram negociar com autoridades locais, sem sucesso. *Clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ler sobre o assunto.*

Extinção militar

Embora o Conselho Nacional de Justiça pense em acabar com a Justiça Militar nos estados, entidades que representam a advocacia defendem a manutenção do sistema atual. A seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil enviou ofício ao presidente do conselho, ministro Ricardo Lewandowski, afirmando que essa esfera “julga com celeridade seus processos, assegurando o respeito aos preceitos do devido processo legal e do amplo direito de defesa, cumprindo com maestria sua missão constitucional”. Reforçam o coro o Movimento de Defesa da Advocacia e o Instituto dos Advogados de São Paulo. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Limite mínimo

Acusações de sonegação fiscal só devem ser julgadas quando o valor do tributo devido ultrapassar R\$ 20 mil — limite fixado na portaria 75/2012 do Ministério da Fazenda. Assim decidiu o Tribunal Regional Federal da 3ª Região ao conceder Habeas Corpus a dois sócios de uma empresa que deixaram de recolher R\$ 17.993,95 em Imposto de Renda. Para o colegiado, a denúncia do Ministério Público Federal não deveria ser recebida, mesmo que a soma com juros e multa atingisse a quantia mínima prevista na norma. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Entrevista da semana

O presidente do Tribunal de Justiça paulista, desembargador José Renato Nalini, defende alternativas à via judicial para a solução de litígios na sociedade. “Quando você participa, você é protagonista da solução. Você tem que transigir, mas você vai entender porque transigiu. A solução vai ser mais legítima.” Em entrevista à **ConJur**, fez um balanço otimista de seu primeiro ano na Presidência da maior corte do país. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 571,3 mil visitas e teve 1 milhão de visualizações de página entre os dias 16 e 22 de janeiro. A quarta-feira (21/1) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 110,3 mil visitas.

O texto mais lido, com 39,7 mil acessos, foi sobre a suspensão de uma conciliadora criminal que participa do programa *Big Brother Brasil*, da Rede Globo. A Corregedoria-Geral da Justiça do Rio Grande do Sul avaliou que Francieli Berwanger Medeiros lançou mão de “artifício” para utilizar a sala de audiências do foro onde atuava — ela não contou que gravaria participação para o reality show. A Corregedoria disse ainda que a conciliadora deixou de noticiar seu afastamento, o que pode caracterizar



abandono da função. Clique [aqui](#) para ler a notícia.

Com 16,7 mil visitas, a segunda notícia mais lida foi a decisão que concluiu que, quando pai e mãe divorciados têm guarda compartilhada, ambos devem arcar com as despesas do filho. Assim entendeu a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul ao negar pedido de pensão feito pela mãe de uma criança, no valor de R\$ 2,5 mil. O colegiado avaliou que os gastos com não são extraordinários a apenas uma das partes. Clique [aqui](#) para ler a notícia.

As 10 mais lidas

[TJ-RS afasta conciliadora que participa do Big Brother Brasil](#)
[Se pais trabalham, não é preciso fixar pensão em guarda compartilhada](#)
[Advogado indenizará juiz em R\\$ 25 mil por ofensa em petição](#)
[Novo estudo mostra porque se roda na OAB ou o que o BBB tem com isso?](#)
[Fiel do Islã entra com ação contra marchinha de carnaval antiga](#)
[Google é condenado a indenizar magistrado do RJ por não filtrar conteúdo](#)
[Estudo da FGV mostra quem passa no Exame de Ordem](#)
[Efeitos sociais e trabalhistas das Medidas Provisórias 664 e 665 e da Lei 13.063/14](#)
[INSS, "o grande satã", é representado pelos "asseclas do demônio", diz ação](#)
[Defensoria pública segue sem estrutura, mas com promessa de dias melhores](#)

Manchetes da Semana

[Petrobras extorque empresas, afirma defesa de executivo preso na "lava jato"](#)
[Mesmo após acordo, Alberto Youssef tentará receber perdão judicial](#)
[Para executivos da OAS, Sergio Moro não poderia julgar "lava jato"](#)
[Advogados pedem ao CNJ para manter Justiça Militar nos estados](#)
[Ação penal é suspensão quando dívida tributária é menor que R\\$ 20 mil](#)
[Trabalhador que atua de forma autônoma não tem vínculo empregatício reconhecido](#)
[Execução fiscal que cobra R\\$ 388 não paga nem diligências, afirma juíza](#)
[Petrobras Distribuidora é proibida de contratar com poder público](#)
[Se pais estão empregados, não é preciso fixar pensão em guarda compartilhada](#)
["Pessoas podem resolver melhor seus próprios litígios do que Poder Judiciário"](#)
[Google vai indenizar magistrado do Rio por não filtrar conteúdo dos links](#)
[Embriaguez e uso de drogas não excluem responsabilidade em crime, diz TRF-3](#)

Date Created

24/01/2015